

Vereadores acham que PDU não interessa ao prefeito

4523024
Texto de José Maria Batista.

Um jogo de interesses que envolve o prefeito de Vitória, Carlito von Schilgen, vai impedir que o Plano Diretor Urbano de Vitória seja aprovado pela Câmara Municipal. Pelo menos enquanto o atual prefeito estiver preocupado com o fato das diretrizes do projeto 046/81 prejudicarem os negócios de cidadãos influentes e dele próprio. Esse tipo de comentário circulava livremente na Câmara durante a última reunião — na quinta-feira passada — suspensa, mais uma vez, por falta de quorum no momento em que o plano deveria ser discutido.

E quem mais alardeia esses fatos é o vereador Arnaldo Pinto da Vitória. Segundo ele, não há nenhum interesse por parte do prefeito Carlito von Schilgen em ver o Plano Diretor Urbano (PDU) aprovado. E fundamenta suas afirmativas citando o exemplo da última reunião, quando a bancada do PDS mais uma vez esvaziou o plenário em comum acordo com alguns opositoristas, como Máximo Vieira Varejão. Terminado o tempo dos oradores, alguns vereadores, entre eles Izildo Alvarino, Máximo Vieira Varejão e Manoel Nogueira de Miranda (que minutos antes havia reclamado da necessidade de se votar o projeto), deixaram o plenário — dirigindo-se para a cantina entre muito riso e num animado bate-papo.

AUSENCIA

Dali, embora ouvindo a convocação feita pelo secretário da Câmara, deixaram de constar o "presente" na lista de chamada. Com seis vereadores em plenário a sessão foi suspensa. Algumas horas antes, pelo mesmo motivo, uma outra sessão, extraordinária, foi também suspensa após o tempo dos oradores. Assim, mais uma vez o projeto que recebeu regime de votação preferencial, aprovado em plenário, foi adiado. Quer dizer: o "preferencial", pedido e apoiado pelos vereadores, nada mais é que uma situação figurativa que não espelha, nem um pouco, qualquer interesse dos vereadores pelo projeto.

Na verdade, e se não fosse ali a Câmara Municipal, poder-se-ia afirmar que, diariamente de terça e sexta-feira uma pantomima burlesca é feita às custas do dinheiro do povo. Pelo menos é o que se tem visto quando se trata do projeto 46/81. É evidente que quando a questão é nominar ruas com nome de alguém de família que possa render muitos votos, ou mesmo financiar esses votos, a coisa se processa diferente. A pândega diária é substituída pela seriedade e, às vezes, até pela compenetração, embora alguns vereadores, como Marinho Delmaestro não troquem a fantasia. Usam a mesma roupagem em qualquer situação. Alguns tentam ser sérios, mas não conseguem: os outros não permitem.

E o vereador Arnaldo Pinto da Vitória tem alguma dose de razão. Afinal, a bancada do PDS é majoritária e se o algumas vezes confessado interesse do prefeito Carlito von Schilgen pelo PDU fosse maior, bastaria que, em reunião com a bancada, explicasse a importância do projeto e pedisse a sua votação e aprovação em outras matérias. Arnaldo Pinto garante que isso não vai acontecer tão cedo. Na realidade, se alguma seriedade está sendo aplicada ao projeto ela parte exatamente dos vereadores da oposição e por ações isoladas de outros da bancada oficial. E de nada servem os apelos do presidente da mesa, Carlos Alberto Viana Freire. Ao final da reunião extraordinária (na Câmara comenta-se que são feitas quatro, mensalmente, apenas para "engordar" os subsídios dos vereadores sem que durante elas alguma coisa seja resolvida),

Viana Freire lembrou a necessidade de se votar o projeto 46/81 ainda nesta legislatura. Mas de nada adiantou.

Os vereadores não parecem muito preocupados com esse tipo de advertência ou mesmo com o que possa advir da falta de ordenamento do crescimento da cidade. Afinal a maioria não estará mais em Vitória quando os efeitos da falta de planejamento de hoje, estiverem sendo sentidos com maior intensidade. Dificuldades que possam surgir dentro de 15 a 20 anos irão encontrá-los além da vida ou sem a necessária percepção para os problemas deixados para as gerações futuras. Assim, enquanto cozinham o PDU em "banho-maria", os vereadores preferem, e cuidam de questões mais importantes e atuais para eles como denominar ruas, por exemplo.

O vereador Máximo Vieira Varejão, que antes da Semana Santa apresentou à imprensa um resumo do que seria o seu relatório, limitou-se a anexar esse mesmo resumo passado a limpo ao projeto, depois de mantê-lo sob sua guarda por uma semana. Não acrescentou nada elucidativo em sua fala ao devolver o projeto. Pelo contrário. Apesar de ser um dos mais antigos vereadores da cidade, tentou uma manobra para devolver o trabalho à Comissão de Justiça. Varejão pretendia, simplesmente, que o PDU retornasse à Comissão de Justiça, onde ele dormitou por mais de seis meses, para que fossem apresentadas as emendas.

Mas quais emendas o vereador não explicou. E nem poderia, pois o projeto somente poderá receber emendas depois de aprovado em 1ª discussão, quando apenas o seu aspecto jurídico é enfocado, sendo encaminhado então para a 2ª votação. No momento as sugestões existentes são em número de 46, propostas pelo vereador José Maria Ramos Gagno — relator do projeto na Comissão de Justiça — e outras sete oferecidas pela Comissão Pro-Saneamento de Vitória (pedindo a manutenção do Conselho do PDU e que seja acrescentado a ele um representante de cada comunidade da capital).

Foi necessário que o vereador Manoel Nogueira de Miranda recordasse ao opositorista Varejão a tramitação legal dos projetos para a retirada do pedido. O mesmo Manoel Nogueira de Miranda ocuparia mais tarde o microfone de apertes para pedir que o projeto fosse encarado com mais seriedade, pois era necessária a sua discussão e aprovação com as alterações que se fizessem necessárias. Mas ficou só nisso também, pois no momento em que o projeto deveria entrar na ordem do dia para discussões ele abandonou o plenário.

Aliás, a suspensão da sessão já devia estar acertada antes mesmo de seu início, pois o vereador Izildo Alvarino, impaciente, circulava o tempo todo durante a hora dos oradores já com a bolsa a tiracolo no ombro. Por duas vezes, traindo sua intenção, chegou a dirigir-se à porta de saída. A nota diferente ficou por conta do vereador Elcio Teixeira, que através do microfone de apertes levantou a primeira voz para defender o Conselho do PDU, sob o silêncio dos demais legisladores.

Segundo Elcio Teixeira o Conselho Diretor não iria tirar atribuições da Câmara e sim ajudá-la a fiscalizar atos que hoje são da alçada pura e simples do prefeito, que não necessita de ninguém para consultar. Só houve uma fraca contradição ao seu argumento, por parte do vereador Máximo Vieira Varejão (defensor acirrado da extinção do Conselho embora não compreenda bem suas finalidades), que logo em seguida preferiu mudar de assunto. Assim o PDU perde mais uma semana na Câmara Municipal de Vitória, sem que um trabalho mais sério a seu respeito esteja sendo feito pelos vereadores.